

# Oposição já admite a derrota

3 MAI 1988

por Ascânio Seleme  
de Brasília

O PMDB progressista de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, os partidos de esquerda e as principais lideranças nacionalistas que gostariam de ver reduzido o mandato de José Sarney, já temem a derrota dos quatro anos na fase das Disposições Transitórias. A desarticulação destes agrupamentos é evidente e o tempo corre contra as pretensões da esquerda.

A dispersão só não é maior porque o dia-a-dia da Constituinte consegue mobilizar essas correntes em torno dos temas polêmicos que estão sendo introduzidos ou retirados do novo texto constitucional. Mesmo assim, há apreensão entre os "quatroanistas" e o assunto "mandato de Sarney" é constantemente evitado. Deputados e senadores apresentam poucas estratégias de ação, mas não demonstram convicção, nem escondem algum pessimismo.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS), ligado ao grupo do senador Mário Covas, reconhece o trabalho exaustivo da Constituinte como elemento desarticulador. "A mobilização em torno dos quatro anos amainou muito e tem que ser retomada. Devemos marcar reuniões para a próxima semana", afirma o deputado. Brito sabe, entretanto, que não há manobras possíveis de se fazer no plenário. "O futuro dos quatro anos depende de os constituintes se renderem ao sentimento popular", salienta.

Para o Partido Comunista Brasileiro, entretanto, a ressonância do apelo popular não vai modificar a tendência do plenário. "Não tivemos capacidade de mobilizar a opinião pública e os comícios já não mexem com as consciências", admite o deputado Roberto

Freire, líder do PCB na Câmara dos Deputados. Freire, entretanto, não aceita nenhuma solução intermediária, como a emenda Saulo Queiroz, que propõe quatro anos e meio para Sarney.

Mesmo os discursos mais ideológicos, como o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, não alcançam nenhuma repercussão junto à maioria "cincoanista". Para Monteiro, que vem mantendo contatos com vários segmentos populares para discutir o tema, "se forem aprovados os cinco anos, o País corre o risco de não realizar eleição presidencial depois". O "Centrão" repele o argumento, sustentando que o risco fica por conta dos quatro anos.

O raciocínio de Monteiro também é compartilhado por Antônio Britto, que indica "risco de ingovernabilidade" com a aprovação dos cinco anos. Indica ainda a "crescente ameaça à democracia", mas sabe que o "Centrão" não apóia a tese e sequer tem interesse em discutir o assunto. Britto sustenta que, aprovado o mandato de cinco anos, o País para e ameaça a viver a mais longa campanha presidencial de sua história. "Será um ano e meio de campanha eleitoral e o Brasil permanecerá inteiramente imobilizado", afirma.

Para o deputado Chico Pinto, pemedebista histórico, o maior inimigo dos simpatizantes dos quatro anos reside no poder de barganha do governo federal. "São poucos os instrumentos de convencimento de que dispomos, além de nossas idéias nada mais temos a oferecer para que um 'cincoanista' mude seu voto", lamenta o deputado. Ele acrescenta que a derrota dos quatro anos na fase das disposições permanentes "esmoreceu" a parcela

GAZETA MERCANTIL



Mário Covas

dos constituintes que gostaria de encurtar o mandato de Sarney.

Chico Pinto acredita, entretanto, que ainda há tempo para a rearticulação da esquerda, e entende que a retomada da aglutinação deve ser encaminhada imediatamente sob pena de ser tarde demais para qualquer ação. O deputado aponta a "solução Saulo Queiroz", emenda que oferece quatro anos e meio para Sarney, como a mais viável diante do quadro já esboçado na Constituinte. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) também aposta nesta tese e, isoladamente, busca apoio à direita do plenário constituinte.

Para o principal articulador do mandato de quatro anos, senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, a emenda Saulo Queiroz "antes de resolver um problema, cria dois novos problemas de difícil solução". Covas entende que o mandato de Sarney deve ser de quatro anos e nem um dia a mais. Ele rejeita também a outra ponta da emenda conciliadora que propõe prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos, vinculando a eleição presidencial às eleições municipais.

Mesmo na condição de mais otimista entre todos os que defendem quatro anos para Sarney, Mário Covas também admite que "no plenário o campo de manobras é muito restrito". Mas, ainda assim, o líder do PMDB não descarta o corpo-a-corpo que pretende organizar a partir desta segunda-feira. "Nós vamos ao limite de nossas forças para aprovarmos o que queremos. Eu ainda confio na aprovação dos quatro anos", argumenta o senador.

Para sustentar esta argumentação, Covas indica para a "imprevisibilidade" do plenário, que conhece bem. "Numa semana aprovamos um texto progressista sobre a questão dos minérios, na seguinte sobreviveu o retrocesso da reforma agrária, agora impomos a limitação dos juros bancários em 12%. É evidente, portanto, que o plenário é imprevisível e pode surpreender outra vez", teoriza o senador.

Mário Covas não aceita outra arma do "Centrão" contra os quatro anos, o chamado "veto militar". Decidido a voltar à briga pela redução do mandato de Sarney, Covas entende o posicionamento dos ministros militares como um simples exercício de governo. "Os ministros militares defendem cinco anos porque assim exigiu Sarney, por isso mesmo Dante de Oliveira abandonou o governo e voltou para Cuibá", esclarece o senador.

O líder do PMDB sabe, entretanto, que resta pouco tempo para articular uma virada na tendência esboçada na Constituinte. Covas acha bem-vinda qualquer manifestação popular, mas entende que um "novo fato político" pode causar implicações na Constituinte. O senador não indica que fatos poderiam ser gerados.